

## ■ As cidades visíveis do Rio

.....Karl Erik Schøllhammer e Micael Herschmann

O último verão carioca foi marcado por inúmeros incidentes que tiveram enorme repercussão nos meios de comunicação de massa. Dentre eles, pudemos acompanhar, por exemplo, o escândalo dos cachês pagos a importantes artistas da MPB pela sua participação no show da festa de *réveillon* na praia de Copacabana<sup>1</sup> e a polêmica provocada pela intenção do *mega-star*, Michael Jackson, de filmar um videoclipe com crianças pobres na favela do morro Dona Marta. Este último chamou-nos particularmente à atenção, uma vez que, pelo tipo de debate que suscitou, permitiu-nos repensar a importância da visibilidade na construção da relação Estado/Sociedade, seu papel fundamental na conformação de um imaginário social e, por conseguinte, na administração dos grandes centros urbanos e na construção da cidadania. Este episódio, confirma que a organização espacial da cidade é, cada vez mais, um campo importantíssimo de negociação política e de construção da cidadania.

O caso Michael Jackson coloca em evidência uma população favelada, encurralada entre dois clichês e dois modos de representação. De um lado, a imagem estereotipada do terceiro mundo, representado pela miséria, pela fome e pela alegria e vitalidade musical dos pobres como característica da realidade brasileira, certamente explorada por Spike Lee e Michael Jackson no videoclipe e pelos meios de comunicação durante a polêmica que envolveu a equipe de filmagem e o Estado. Por outro lado, a imagem da cidade construída por uma administração "factóide", que investe fundamentalmente na visibilidade dos fenômenos e situações.

Antes de mais nada é preciso ressaltar que o que estava em questão nesse debate era uma disputa pela hegemonia das representações da cidade do Rio de Janeiro, uma luta pela afirmação de uma determinada imagem, "retrato" desta "cidade-vitrine" do país, que repercutiria não apenas no

imaginário social local mas também nacional e internacional.

Nota-se hoje, de forma cada vez mais evidente, que as estratégias das administrações públicas estão voltadas, de modo muito especial, para a visibilidade e a aparência. O próprio prefeito César Maia faz um largo uso dessa estratégia. Na verdade, governa a cidade através de “factóides” e mega eventos; sua principal obra pública - o “Rio Cidade” - segundo seus opositores visaria muito mais embelezar/maquiar a cidade do que resolver a fundo os graves problemas nela contidos. Eleito, principalmente, pelos setores conservadores da população, sua administração tem reforçado o antigo estereótipo do “paraíso tropical”, da “cidade maravilhosa”, da capital cultural, idéia que está de forma marcante associada ao Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, Marcello Alencar, o Governador do Estado, tem procurado investir em imagens que associem a cidade e o Estado do Rio de Janeiro à modernização e ao progresso. Estes parecem ser os ingredientes que constituem o clichê desejado pelo aparato estatal local. Um retrato que sugira um Rio supermodernizado (atraindo assim o capital), com um desenho geosocial de feições idílicas (atraindo visitantes de diversas localidades), capaz de revitalizar a indústria do turismo, atualmente enfraquecida<sup>2</sup>.

## Cena I

O juiz da 5ª. Vara da Fazenda, Luís Felipe da Silva Hadad, defere um pedido de liminar que suspende a gravação do *clip* do cantor Michael Jackson no Rio. O pedido da liminar é feito pelo advogado Jorge Bejá que, em sua petição, argumenta que a gravação do *clip* da música *They don't care about us* viola o direito de imagem dos moradores da favela. Diz ainda que se trata de uma situação prejudicial à imagem do Rio. O Secretário de Indústria e Turismo do Rio, Ronaldo C. Coelho, apóia essa posição dizendo que a gravação na favela Dona Marta poderá prejudicar a candidatura da cidade para sediar as Olimpíadas de 2004. Tal decisão, porém, não agrada à associação de moradores da favela que a refuta com a argumentação de que, quando político sobe para filmar as valas negras para usar nos programas eleitorais, ninguém profbe.

## Cena II

Ao dificultar as filmagens do clipe, com o argumento de preservar a imagem da cidade do Rio de Janeiro, as autoridades conseguem justamente o contrário: à medida em que a polêmica se prolonga, o prestígio da cidade cai cada vez mais. O diretor Spike Lee fica irritado com o impasse e afirma, ironicamente, que o Brasil é uma “república das bananas”. As grandes redes de televisão e os jornais do mundo inteiro noticiam, diariamente, a polêmica entre as autoridades e a equipe de Michael Jackson. Os meios de comunicação acrescentam que o governo do Rio está tentando camuflar a realidade da cidade e as estações de TV exibem imagens que mostram o Rio de Janeiro que não aparece nos cartões-postais: a vida dura e miserável das favelas. Ao mesmo tempo, Lídice da Mata, prefeita de Salvador - cidade também programada para ser registrada na gravação do mesmo vídeoclipe - considera a escolha de sua cidade uma importante propaganda turística para a Bahia, sem necessidade de que os órgãos públicos façam qualquer investimento. Vale ressaltar, entretanto, que algumas vozes também se manifestam contra a ida do cantor à Bahia, como a do coordenador do Carnaval de Salvador e presidente do Ilê-Aiyê, Antônio Carlos dos Santos, e mesmo a do Ministro Extraordinário dos Esportes e ex-craque de futebol, Pelé. Enquanto Santos, conhecido também como “Vovô”, afirma que Jackson não é um bom exemplo para a comunidade negra, Pelé comenta que, apesar de admirador do cantor, apoia a posição do Secretário de Indústria, Comércio e Turismo do Rio. Segundo o ministro, chegou o momento de “mudar a cara do Brasil”. Cria-se um clima de expectativa nos dias que antecedem a chegada do cantor, mesmo porque, além da liminar, cassada a tempo a pedido do vereador Antônio Pitanga, o Itamaraty demora muito para liberar o visto de entrada do cantor no país. Sua vinda, na realidade, esteve em vários momentos ameaçada, especialmente sua presença na cidade do Rio de Janeiro. Spike Lee coloca mais lenha na fogueira ao afirmar que se Pelé é um grande jogador isso não significa que seja um grande político. Moradores do Dona Marta dão entrevistas informando que a vida naquela localidade está melhorando e que acham importante a vinda do cantor como uma forma de mobilizar a sociedade no sentido de refletir sobre os problemas sociais locais.

### Cena III

O tráfico local entra em cena: o presidente da Associação de Moradores do Dona Marta, José Luís de Oliveira, admite ter pedido autorização ao chefe do tráfico no morro, Marcinho VP, que prontamente libera a favela para a gravação do *clip*. Ele promete retirar seus homens do local ou, pelo menos, diminuir seu “movimento”. Ao chegar ao Rio, Spike Lee também negocia com o chefe do tráfico. Imprensa e Estado suspeitam que os seguranças contratados na comunidade, para garantir a tranquilidade das gravações, façam parte do esquema do tráfico. O Estado pede algum tipo de identificação desses moradores. A cidade fica em polvorosa durante o período de gravação do *clip*. O suposto chefe do tráfico, Marcinho VP, durante o período de gravação dá uma longa entrevista (para o *Jornal do Brasil*), intitulada “O dono do Dona Marta”, desmoralizando e criticando duramente o Estado. Na entrevista, coloca-se como o único que pode proibir ou permitir a gravação ali, autorizando, inclusive, parte da imprensa a acompanhar as gravações. Numa atitude de denúncia, entrega a Spike Lee uma camiseta com 23 nomes de pessoas inocentes, mortas pela polícia nos últimos 3 anos. Surge o boato de que Spike Lee teria pago ao chefe do tráfico para fazer as gravações. Em resposta a essa situação constrangedora e em tom de bravata, Hélio Luz afirma que, se tivesse solicitado a ajuda da polícia, não precisaria ter agido desse modo. A polícia prende, posteriormente, esse “suposto” líder do tráfico na favela Dona Marta mas descobre logo que se trata de um “peixe pequeno”, uma espécie de porta-voz da organização que, em seu discurso e postura perante os órgãos de imprensa, responsabiliza o Estado pelo sombrio quadro social legitimando, de certo modo, esse tipo de organização como única alternativa de sobrevivência para determinados segmentos sociais.

Esgotado o interesse pela polêmica, ficou no ar a sensação de que os representantes do Estado e dos órgãos de segurança se desmoralizaram com o debate gerado. A polêmica flagrou-os na sua vaidade, no desejo excessivo de aparecer publicamente. A estratégia “factóide” mostrou-se uma faca de dois gumes, evidenciando também, por trás da preocupação em administrar a imagem do Rio de Janeiro, o lugar não prioritário que ocupam

os problemas vivenciados pelos segmentos carentes da população na agenda das autoridades locais.

---

Ora, o fato de vivermos em uma cidade cuja visibilidade expressa a organização e o controle social sobre a sociedade civil, não chega a ser uma novidade e tampouco uma característica que distingue o Rio de Janeiro de outras localidades do mundo. Estudos recentes têm reiterado a importância das cidades contemporâneas como objetos privilegiados de pesquisa uma vez que colocam em evidência a relação íntima entre poder, discurso/representação e organização social.

No caso específico do Rio de Janeiro, a cidade oferece, em decorrência de sua estruturação, um panorama mais complexo, não só porque está dividida entre Norte e Sul, mas também entre “cidade alta” (morro) e “cidade baixa” (asfalto). Nesta segunda classificação espacial, especialmente na Zona Sul, ocorre, de modo geral, uma inversão entre a posição geográfica da população e sua condição sócio-econômica.

A “cidade baixa” (de maior poder aquisitivo) é a chamada “cidade maravilhosa” - cidade *mirabilis* - isto é, prazerosa (quase sempre) em sua visibilidade, principalmente em alguns de seus espaços públicos e lugares importantes de auto-representação como, por exemplo, as praias. Para alguns cariocas, estas faixas de areia configuram-se como uma espécie de “praça pública” - espaços de exibição e intervenção, isto é, seus únicos espaços verdadeiramente democráticos. Para outros, estas localidades já estão comprometidas pelo narcisismo reinante na classe média. Democráticos ou não, apresentam-se nesses espaços inúmeras tensões e conflitos sociais, que se observam, por exemplo, nos arrastões, nas tentativas de interdição dos precários transportes coletivos que dão acesso aos moradores da Zona Norte às praias da Zona Sul nos fins-de-semana e nos constantes sinais de preconceitos sociais e raciais que ali se manifestam.

Paradoxalmente, o espetáculo panorâmico fica na “cidade alta”, nas favelas dos morros que, se de perto oferecem cenas “chocantes” ao olhar do visitante (além de cheirarem mal pela precariedade ou inexistência de saneamento básico), oferecem também a possibilidade de desfrutar do *skyline* da

Zona Sul. A equipe de filmagem do *clip* de Jackson parece também ter percebido o contraste desses dois ângulos, particularmente os do morro Dona Marta, que fica encravado na Zona Sul e com uma vista privilegiada da Baía de Guanabara e do Pão de Açúcar. Em outras palavras, essas localidades oferecem aos seus moradores (e visitantes) o espetáculo da aparente felicidade visível, enquanto eles mesmos sofrem um "abandono cívico", entregues a um processo que parece conduzi-los na direção da cidade medieval. Ou seja, vivem em uma cidade labiríntica, orgânica, opaca, com suas vidas cotidianamente regidas por uma espécie de poder feudal.

Se, por um lado, a visibilidade ou invisibilidade social e a presença ou ausência do aparato estatal são vetores fundamentais na conformação da estrutura social e das representações dessas áreas - sejam elas parte da cidade "alta/baixa" ou do centro/periferia -, por outro lado, eles não garantem que a violência urbana fique circunscrita a certas áreas e não a outras, por mais que as projeções estatísticas sugiram algo neste sentido. O próprio centro da cidade chama-nos à atenção pela emergência da violência. Logo o centro da cidade, palco de inúmeros debates e conflitos e que, no passado, abrigou uma vertiginosa vida sócio-cultural, parece apresentar hoje uma crise aguda dos fluxos, da circulação, e um enfraquecimento dos laços cívicos que uniam os diversos segmentos sociais, o que parece evidenciar um esvaziamento deste espaço público. Assim, praças, avenidas, parques e esquinas são espaços que já não têm a mesma importância social. Parecem cenários, fragmentos de lembranças de encontros cívicos do passado. Aliás, os parques da cidade foram isolados e sobrevivem dentro de grades, ameaçados constantemente pela exposição obscena da miséria social. O Centro perdeu, em grande medida, sua espetacularidade e hoje está entregue a escritórios, bancos, lojas e repartições públicas. Os teatros só funcionam nos horários de trabalho, os cinemas estão se refugiando nos *shoppings*, cedendo seus antigos locais para igrejas evangélicas; outros pontos de encontro como os cafés, as confeitarias e as livrarias não parecem desempenhar mais a mesma função social. Após o expediente, o Centro fica praticamente fechado, salvo nas poucas ocasiões em que ocorrem festas populares ou naqueles momentos em que a pressão popular (greves, manifestações, etc) reverte temporariamente este quadro.<sup>3</sup>

O abandono do Centro da cidade chegou a um ponto em que aquela parte da cidade que deveria ser a vitrine do Rio, área histórica onde se localiza a grande maioria das instituições de administração pública e os símbolos da organização social, começou a sofrer alguns dos problemas enfrentados pelos subúrbios da Zona Norte e pelas favelas. Se durante o horário de trabalho o centro transborda de vitalidade, em consequência de sua intensa circulação, à noite torna-se um lugar desolado, apresentando-se como cenário para crimes hediondos. Crimes cometidos às vezes por agentes das forças policiais, o que flagra e confirma a sensação de que os órgãos de segurança estão em crise há muito tempo. Se os policiais, hoje, se sentem à vontade para praticar uma chacina em pleno centro financeiro do Rio, em frente à igreja da Candelária - uma das maiores atrações turísticas da cidade - com a mesma desinibição com que atuam na periferia, em bairros à margem da atenção pública (como, por exemplo, Vigário Geral ou Acari), é porque a visibilidade do centro da cidade já não oferece garantias à população. Os próprios "matadores" têm uma postura bastante diferente quando transitam nas "áreas obscuras/menos visíveis" onde predomina o abandono do Estado e a "lei do mais forte" e naquelas onde estão aparentemente garantidos os direitos civis. Hoje, podemos constatar que o abandono converteu o Centro em um tipo de "Zona Norte" no coração do Rio de Janeiro.

Neste sentido, o caso da Candelária, a execução de um assaltante em frente ao Shopping Rio Sul e o crescente encontro de mortos desovados, coloca-nos diante da seguinte questão: assistimos a uma escalada da violência no Rio e no Brasil, ou a uma escalada da visibilidade desta violência? Ou, quem sabe, a uma "dupla escalada"? A presença e o desenvolvimento dos meios de comunicação tem desempenhado um importante papel ao garantir a atenção do olhar público mas também tem, sem dúvida nenhuma, amplificado a sensação de que convivemos com todo tipo de conflitos e atos violentos no nosso cotidiano. A execução em frente ao Rio Sul teve, por motivos óbvios, uma repercussão mais forte, porque foi registrada pela Rede Globo. O mesmo ocorreu com a chacina dos sem-terra na cidade de Eldorado no Pará. A diferença entre esta chacina e outras 32 ocorridas em 10 anos resulta do fato de que esta foi documentada por uma equipe de televisão local.

Assim, incrementando ou não a sensação de insegurança nos centros urbanos e áreas rurais do país, banalizando ou espetacularizando a violência, os meios de comunicação de massa, apesar de seus possíveis usos pouco éticos, constituem-se em instrumentos fundamentais na luta pela construção da cidadania. As reações mais fortes por parte da opinião pública a estes crimes e o recente aparente rigor da justiça são não só uma espécie de alento mas, também, entre tantas incertezas frente à complexa temática da violência, um reforço à convicção de que a impunidade e a morosidade da justiça são alguns dos principais obstáculos que precisam ser superados para que se possa construir a democracia no país.

Talvez, como sugeriram o Governador Marcello Alencar, o Secretário de Indústria e Turismo, Ronaldo C. Coelho e o Ministro Extraordinário dos Esportes e ex-craque de futebol, Pelé, devamos zelar pela imagem do país e talvez possamos mudar a “cara do Brasil” mas, para que isso ocorra, é preciso que cuidemos também do resto do “corpo social”, das “deformações” que se ocultam por trás de investimentos feitos no Brasil e no exterior para mudar a imagem do país.<sup>4</sup> São justamente essas “deformações”, as outras facetas da paisagem e da estrutura social, que teimam em invadir a cena na forma de conflitos/tensões ou casos de violência urbana explícita que parecem, cada vez mais, não só colocar em xeque a consolidação deste novo “retrato” da cidade ou do país no imaginário social, mas também a própria competência do Estado em administrar os inúmeros interesses presentes.

Em resumo, o caso Michael Jackson desenrolou-se num fogo cruzado que tem como pano de fundo essa complexa realidade social. Aliás, no fogo cruzado entre a cidade-clichê espetacular dos *promoters* de turismo e a cidade-clichê construída a partir da obscenidade de sua realidade, objeto de fascinação para o olhar estrangeiro (e da indústria cultural), vive o favelado do morro Dona Marta. Ele não parece identificar-se nem com o olhar paternalista (e muitas vezes hipócrita) dos homens públicos que administram esta cidade nem com o olhar “ávido de cenas chocantes” da indústria cultural. Apenas desfrutam, temporariamente, da insólita atenção pública, como um dos raros momentos em que se tornam objeto de interesse e preocupação dos governantes. É como se sua única alternativa fosse aceitar transitar nesse



jogo de estereótipos, sabendo que o importante é garantir alguma visibilidade social, pois, na condição de anônimos/invisíveis e marginalizados, esta se constituiria no primeiro passo para a reivindicação da cidadania.

## Notas

<sup>1</sup> Este evento fazia parte de um conjunto de iniciativas que visavam melhorar a imagem da cidade. Apesar de ter tido resultados desastrosos, outras iniciativas como, por exemplo, a iluminação de diversas praias da Zona Sul e do morro Dois Irmãos e a organização de espetáculos esportivos em Copacabana, de modo geral, tiveram boa repercussão junto aos cariocas.

<sup>2</sup> O ponto que gostaríamos de enfatizar aqui é que o importante não é avaliar positivamente ou não os gastos do município ou mesmo do estado mas reconhecer o lugar de destaque que as imagens têm nestas administrações.

<sup>3</sup> É preciso ressaltar que houve alguns esforços no sentido de revitalizar o centro da cidade e evitar seu esvaziamento. Projetos como o Corredor Cultural, a criação e incremento das atividades de alguns centros culturais, teatros, etc., são esforços elogiáveis e que têm dado alguns resultados satisfatórios.

<sup>4</sup> O Prefeito César Maia por exemplo, destinou 5 milhões de dólares para uma campanha publicitária nos EUA para melhorar a imagem do Rio de Janeiro. Este dinheiro, aparentemente, foi retirado dos 60 milhões que foram inicialmente destinados às obras de ampliação do metrô e que foram abandonadas em função de uma briga política com o Governador Marcello Alencar.

■.....Karl Erik Schøllhammer é pesquisador do NEPCOM (Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação) e professor do Depto. de Letras da PUC-RJ.

■.....Michael Herschmann é pesquisador do NEPCOM e professor da Escola de Comunicação da UFRJ

